



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO
RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS**

TIPO DE AUDITORIA : AUDITORIA DE GESTÃO
EXERCÍCIO : 2010
PROCESSO N° : 08673.000174/2011-22
UNIDADE AUDITADA : 200233 - 4.DISTRITO REGIONAL DO DPRF
MUNICÍPIO - UF : Macapá - AP
RELATÓRIO N° : 201109037
UCI EXECUTORA : CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO AMAPÁ

Senhor Chefe da CGU-Regional/AP,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201109037, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pelo 4º DISTRITO REGIONAL DO DPRF.

I - INTRODUÇÃO

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 04/04/2011 a 06/05/2011, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela unidade auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Não foram realizadas as análises previstas no item 13, Parte A – Conteúdo Geral, Anexo III da Decisão Normativa TCU nº 110/2010 (avaliação objetiva da posição patrimonial e financeira da entidade, ressaltando os aspectos de confiabilidade das informações e a aderência às normas em vigor), conforme orientação contida no Ofício TCU/ADPLAN nº 01/2011, de 13/01/2011. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

II – RESULTADOS DOS TRABALHOS

3. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-63/2010 e pelas DN-TCU-107/2010 e 110/2010.

4. Em acordo com o que estabelece o Anexo III da DN-TCU-110/2010, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

4.1 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

Durante o exercício de 2010 o 4º DPRF/AP executou despesas em cinco programas de governo, envolvendo 13 (treze) ações governamentais, totalizando a liquidação de empenhos no valor de R\$882.079,51 de um montante empenhado em R\$2.079.450,51. Portanto, apenas 42% das despesas empenhadas foram liquidadas, o restante foi inscrito em restos a pagar. Os dados supracitados foram verificados por meio do Siafi Gerencial.

Embora a Unidade tenha executado treze ações no exercício, houve despesas liquidadas em apenas dez. Dessas, a equipe de auditoria selecionou cinco ações, pelos critérios de materialidade e relevância, tendo em vista a finalidade precípua da Unidade examinada. A execução orçamentária das ações analisadas corresponde a 98% das despesas liquidadas no exercício examinado.

É importante ressaltar que o 4º DPRF/AP não possui orçamento próprio na LOA – Lei Orçamentária Anual – sendo assim, suas despesas são executadas com recursos provenientes da Unidade Orçamentária 30107 (Departamento de Polícia Rodoviária Federal), mediante movimentação interna, descentralização, realizada pela UG concedente 200109. Portanto as ações da Unidade, no que se refere a metas físicas previstas, realizadas e a serem realizadas são calculadas e centralizadas pelo Órgão Central.

As ações que tiveram metas físicas previstas e realizadas pela Unidade foram especificadas no Relatório de Gestão e se relacionam com a atividade policial. Tais metas foram estipuladas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, em Brasília.

Quanto a execução da ação 2000 - Administração da Unidade – verificou-se a liquidação de empenhos no valor de R\$502.981,47 (Fonte Siafi), representando 57% das despesas liquidadas. Nesta ação o gestor informou apenas que os gastos foram referentes à gestão da Unidade. Não existe meta física para esta ação.

Execução da Ação 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais: esta ação tem por objetivo promover a segurança do trânsito nas rodovias e estradas federais. A Unidade liquidou despesas nessa ação em R\$227.197,98 o que representa 26% do montante liquidado. A meta estipulada, no ano, para esta ação foi de 26.573 procedimentos de abordagens e fiscalizações dentre veículos, pessoas, cargas e a realização de testes de verificação de alcoolemia nos condutores em todo o Estado do Amapá. A Unidade superou a meta estipulada conforme demonstra o quadro abaixo:

Resultados das atividades realizadas	
Veículos Fiscalizados	13.240
Autos de Infração emitidos	2.810

Pessoas Fiscalizadas	17.548
Prisão de Pessoas em Flagrante	143
Testes de Etilômetros Realizados	6.037
Total	39.778

Fonte: Relatório de Gestão 2010 do 4º DPRF/AP

Execução da Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal: nesta ação foram liquidados R\$58.659,05, representando 6% do total das despesas liquidadas. A finalidade desta ação é habilitar os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições. Foi informado no Relatório de Gestão da Unidade que a prioridade consistiria nos cursos voltados para a atividade policial, pois a partir do processo de capacitação os policiais estariam mais motivados e habilitados no trato com o público interno e externo. Não houve meta estipulada para a execução dessa ação, por parte do Órgão Central, para o 4º Distrito da PRF/AP. No entanto, os gastos realizados foram executados em Brasília, pelo Departamento Nacional, a medida que os servidores do Amapá foram participando dos treinamentos descritos abaixo:

Nome do Evento	Participantes	Total
Curso de procedimentos administrativos em trânsito	PRF's	2
Curso de emprego de taser e espargidores de pimenta	PRF's	20
Técnicas de emprego e armas de fogo na atividade policial	PRF's	10

Curso de processo disciplinar- promovido pela ESAF	PRF's	3
Curso de Acidentologia	PRF's	1

Fonte: Relatório de Gestão 2010 do 4º DPRF/AP

Execução da Ação 8698 – Manutenção de modernização dos sistemas de tecnologia da informação: nesta ação foram liquidadas despesas no valor de R\$41.865,58, o que representa 4% do montante liquidado pela Unidade. Nesta ação, que tem por finalidade manter e modernizar os sistemas e equipamentos de telecomunicação e informática, o 4º DPRF/AP também não teve exigências de cumprimento de meta por parte do seu Órgão Central, no que tange à execução das despesas.

Segue demonstração das despesas executadas nesta ação:

Despesas - Custeio	
Natureza	Valor
Despesa com telefonia fixa	R\$ 33.105,72
Despesa com Telefonia Móvel	R\$ 6.855,14
Despesa com transmissão de dados	R\$ 1.904,72
Total	R\$ 41.865,58

Fonte: Relatório de gestão 2010 do 4º DPRF/AP

Execução da Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais: no exercício examinado foram liquidadas despesas no valor de R\$ 33.969,50, para a ação em análise, o que equivale a 3% das

despesas liquidadas pela Unidade. Esta ação consiste em prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes nas rodovias federais. Também não foram repassadas metas a serem alcançadas pelo 4º DPRF/AP para a execução dessa ação. Houve somente demonstrativo dos gastos realizados, conforme quadro abaixo:

Natureza	Valor
Aquisição de material de saúde	R\$ 28.753,00
Aquisição de material pré-hospitalar	R\$ 5.216,50
Total	R\$ 33.969,50

Fonte: Relatório de Gestão 2010 do 4º DPRF/AP

4.2 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

Em relação aos indicadores institucionais, o 4º DPRF/AP apresentou quatro indicadores pertinentes a dois programas de governo.

A equipe de auditoria avaliou todos os indicadores constantes do Relatório de Gestão 2010 quanto a sua mensurabilidade e utilidade, concluindo que os indicadores existentes na Unidade são utilizados e contribuem para a tomada de decisões.

Ressalta-se que os indicadores são elaborados pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, em Brasília, mas que a medição se dá de forma regionalizada e o 4º Distrito da PRF/AP fornece os dados obtidos no Amapá por meio do Sistema de Indicadores de Desempenho da Polícia Rodoviária Federal, a fim de que se tenha um resultado nacional, como também o resultado regional.

Programa/Ação Governamental	Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de Cálculo	Utilidade	Mensurabilidade
1386 – Desenvolvimento	Coefficiente de Adequação das	Mensurar a qualidade das	Relação percentual entre o número de	Sim	Sim

Institucional da Polícia Rodoviária Federal	Instalações Físicas	estruturas físicas das Unidades Operacionais (Postos de Fiscalização)	unidades operacionais no Estado do Amapá em relação ao total de unidades operacionais existentes		
Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais	Taxa de mortalidade nas rodovias Federais do Amapá	Mensurar o número de mortes ocorridos em acidentes de trânsito nas rodovias federais do Amapá.	Número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo a 1.000.000 veículos da frota nacional	Sim	Sim
Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais	Taxa de variação de acidentes nas rodovias federais do Amapá	Mensurar o número de acidentes ocorridos nas estradas federais do Amapá.	Número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 100.000 veículos da frota nacional.	Sim	Sim
Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais	Sensação de segurança nas rodovias federais do Amapá	Realizar pesquisa com os usuários das rodovias federais, para aferir a sensação de segurança desses usuários em relação às rodovias federais	Percentual de pessoal que se sentem seguras dividido pelo total de pessoas da amostra.	Sim	Sim

4.3 Avaliação do Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ

Procedeu-se à avaliação objetiva, efetuada em conformidade com o Item 03, Parte A, Anexo III, da DN/TCU nº 110/2010, acerca do funcionamento do sistema de controle interno do 4º DPRF/AP, contemplando os seguintes aspectos: ambiente de controle, avaliação de risco, procedimentos de

controle, informação e comunicação e monitoramento.

Na avaliação, foram consideradas as respostas informadas nos 30 quesitos dispostos no Quadro XIX – Estrutura de Controles Internos, Item 07, do Relatório de Gestão 2010 do 4ºDPRF/AP; análises efetuadas sobre áreas e/ou processos da Unidade relacionados à acompanhamento de Programas/Ações Governamentais, Licitações e Recursos Humanos - bem como informações complementares prestadas pela UJ, por meio do Ofício nº 0100/2011-GAB/AP, de 06/05/2011.

Nos quadros a seguir estão descritos os níveis de avaliação informados pelo 4º DPRF/AP e as avaliações desta equipe de auditoria acerca da estrutura de controles internos da referida UJ, quanto aos aspectos supracitados.

AMBIENTE DE CONTROLE		
Quesito	Avaliação do 4º DPRF/AP	Avaliação da Equipe de Auditoria
01 - Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento		Em que pese o gestor ter avaliado esses quesitos com parcialmente válido, esta equipe de auditoria constatou que os controle internos não são percebidos por todos os servidores da área meio da Unidade. Foram verificadas fragilidades no acompanhamento da execução das despesas, registros de contratos no SIASG e baixa qualificação e treinamento dos servidores, o que compromete o ambiente de controle.
02 - Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade		
03 - A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente		Avaliação por parte do gestor é coerente.

<p>04-Existe código de ética formalizado ou de conduta</p>	<p>Parcialmente Válido</p>	<p>A Unidade não possui código de ética próprio e o utilizado é o Código de Ética dos Servidores Públicos Federais.</p>
<p>05 - Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais</p>		<p>As instruções operacionais relacionam-se à área fim da Unidade e estão padronizadas e postas em documentos formais.</p>
<p>06- Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta</p>	<p>Parcialmente Inválido</p>	<p>As decisões são centralizadas pelo Departamento da PRF em Brasília, não sendo possível a avaliação por parte desta equipe de auditoria.</p>
<p>07 - As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades</p>		<p>A avaliação do gestor está coerente com o verificado nesta auditoria.</p>
<p>08 - Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ</p>	<p>Parcialmente Válido</p>	<p>Durante os trabalhos de auditoria verificou-se adequada segregação de funções nos processos, embora a área meio da Unidade esteja</p>

		sobrecarregada (Núcleo Administrativo e Financeiro). Não foi verificada nenhuma ocorrência nesse quesito. Portanto, a avaliação do gestor é pertinente.
09 - Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ		Os resultados planejados estão diretamente ligados à área policial das rodovias federais. Como a Unidade teve um bom alcance dos resultados, a equipe de auditoria concorda com a avaliação do gestor.

Fonte: Relatório de Gestão 2010 do 4º DPRF/AP

AVALIAÇÃO DE RISCO		
Quesito	Avaliação do 4º DPRF/AP	Avaliação da Equipe de Auditoria
10 - Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados		Os objetivos e metas da Unidade estão formalizados e constam no item 3 do Relatório de Gestão 2010.
11 - Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade		Os processos críticos, verificados durante a auditoria, estão concentrados na área meio, mais precisamente no núcleo administrativo e financeiro. O gestor tem conhecimento

		dessas fragilidades. Em relação à área finalística da Unidade (policimento das rodovias) o gestor demonstrou ter identificação dos processos críticos.
12 - É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los		Em relação à área policial a Unidade tem diagnóstico e solução de problemas, conforme demonstrado em seu Planejamento Operacional 2010. Porém, na área meio o 4ºDPRF/AP apresenta incipiência para detectar riscos.
13 - É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão	Parcialmente Válido	
14 - A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo		Conforme demonstrado no Planejamento Operacional 2010 da Unidade, a avaliação está correta.
15 - Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados		

em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão		
16 - Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade	Parcialmente Inválido	Avaliação correta por parte do gestor, tendo em vista a menção em seu Relatório de Gestão 2010 da ocorrência de perdas decorrentes de fragilidade nos processos internos da Unidade.
17 - Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos	Totalmente Válido	Avaliação pertinente por parte do gestor, pois foi instaurada sindicância para apurar responsabilidades, com consequente ressarcimento à Unidade.
18 - Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade	Parcialmente Inválido	A avaliação do gestor é pertinente, uma vez que foi constatada a ausência de inventário de bens imóveis da Unidade.

Fonte: Relatório de Gestão 2010 do 4º DPRF/AP

PROCEDIMENTOS DE CONTROLE		
Quesito	Avaliação do 4º DPRF/AP	Avaliação da Equipe de Auditoria

<p>19 - Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas</p>	<p>Parcialmente Válido</p>	<p>Avaliação inconsistente por parte do gestor. Análises da equipe de auditoria revelaram fragilidades nas áreas referentes ao acompanhamento de Programas/Ações Governamentais e Recursos Humanos. Tais fragilidades serão discutidas em tópico específico mais adiante.</p>
<p>20 - As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo</p>		
<p>21 - As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação</p>		
<p>22 - As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle</p>		

Fonte: Relatório de Gestão 2010 do 4º DPRF/AP

INFORMAÇÃO E CONTROLE

Quesito	Avaliação do 4ºDPRF/AP	Avaliação da Equipe de Auditoria
<p>23 - A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas</p>	<p>Parcialmente Válido</p>	<p>Todos os servidores do 4º DPRF/AP possuem e-mail institucional, além de acesso à intranet da UJ, caracterizando disponibilidade e acessibilidade à informação</p>
<p>24 - As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas</p>		<p>A equipe de auditoria não dispôs de elementos suficientes para a avaliação dos quesitos, pois estes são de difícil percepção ou mensuração por agentes externos à Unidade.</p>
<p>25 - A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível</p>	<p>Parcialmente Válido</p>	<p>Todos os servidores do 4º DPRF/AP possuem e-mail institucional, além de acesso à intranet da UJ, caracterizando o repasse de informações por todos os níveis hierárquicos da UJ.</p>
<p>26 - A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz</p>		<p>Esta equipe de auditoria conclui que a avaliação do gestor é pertinente aos quesitos elencados.</p>
<p>27 - A comunicação das informações perpassa</p>		

todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura

Fonte: Relatório de Gestão 2010 do 4º DPRF/AP

MONITORAMENTO		
Quesito	Avaliação do 4º DPRF/AP	Avaliação da Equipe de Auditoria
28 - O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo	Parcialmente Válido	A Unidade não possui sistema de controle interno. Os controles implementados consistem no Acompanhamento Gerencial de Serviço, conforme informado no Ofício nº 098/2011-GAB. Este acompanhamento não passou por nenhuma avaliação, portanto a avaliação do gestor não é válida.
29 - O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas		
30 - O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho		

Fonte: Relatório de Gestão 2010 do 4º DPRF/AP

Com relação aos controles internos relacionados ao acompanhamento de Programas/Ações Governamentais, verificou-se que inexistem, pois o 4º DPRF/AP não acompanha a execução físico-financeira das Ações Governamentais de sua responsabilidade. Segundo informações contidas no Ofício nº 100/2011-GAB/AP, de 06/05/2011, “O acesso para atualização de informações gerenciais e planejamento referentes aos programas e ações no SIGPLAN não é feito por esta Regional. As informações referentes às metas físicas e financeiras alcançadas no período foram encaminhadas a este Distrito pela Coordenação Geral de Administração do Departamento.” O citado Departamento está localizado em Brasília.

Quanto aos controles internos relacionados à área de licitações, esta equipe de auditoria não constatou nenhuma impropriedade ou fragilidade nesta área.

Em relação aos controles internos referentes à área de Recursos Humanos, constatou-se sua deficiência e fragilidade, no que diz respeito à capacitação e treinamento de servidores para as áreas não finalísticas da Unidade, como o Núcleo Administrativo e Financeiro. Os servidores não possuem acesso ao Siafi Gerencial e não têm o conhecimento necessário para utilizar importantes sistemas do governo federal no que tange ao acompanhamento de programas e ações, inscrições em restos a pagar e execução física e financeira das ações governamentais.

Portanto, tendo em vista os fatos e análises expostos acima, considera-se incipiente o funcionamento do sistema de controle interno do 4º DPRF/AP, tendo em vista que os seguintes aspectos não se encontram suficientemente implementados: ambiente de controle, procedimentos de controle e monitoramento.

4.4 Avaliação da Situação das Transferências Voluntárias

Durante o exercício de 2010, o 4º DPRF/AP não celebrou nenhum instrumento relativo a transferências voluntárias.

Ressalta-se que a Unidade celebrou convênio em 2007 com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), com a finalidade de contratar estudantes estagiários para o 4º DPRF/AP.

O valor inicial do convênio, celebrado em 25/05/2007, foi de R\$ 37.398,00, quando o pagamento dos estagiários era feito pelo próprio CIEE. A quantidade de estagiários para o 4º DPRF/AP foi

estabelecida por meio da Portaria MPOG nº 313/2007, bem como o valor das bolsas de estágio e dos auxílios. A partir de janeiro de 2008 o pagamento dos estagiários é realizado pelo SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos), e a Unidade repassa anualmente o valor de R\$270,00 (duzentos e setenta reais) à conveniente a fim de atender despesas com convênio para contratação de estagiários.

Foi celebrado o 5º termo em aditivo ao convênio em 30/12/2010 e a concedente tem fiscalizado/acompanhado a aplicação dos recursos de forma regular e tempestiva, observando, ainda, o atendimento dos artigos 11 e 25 da LRF pela conveniente. O CIEE encontra-se adimplente com as devidas prestações de contas.

4.5 Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios da UJ

No exercício de 2010 o 4º DPRF/AP realizou apenas um pregão presencial, para aquisição de projeto de reforma da sede administrativa e do Posto Policial em Macapá, o qual foi examinado por esta equipe de auditoria. Outro tipo de modalidade de compra utilizado foi a Dispensa de Licitação, com um total de despesas liquidadas em R\$77.494,87; desse montante a equipe de auditoria selecionou três processos, pelo critério da materialidade, analisando R\$56.684,49, ou seja 73% de despesas liquidadas nessa modalidade. A unidade também efetuou gastos por meio da inexigibilidade de licitação, no total de R\$9.329,49, sendo que esse montante foi completamente analisado por esta equipe de auditoria.

Não foram realizadas licitações nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite no exercício ora analisado.

Da leitura do quadro abaixo verifica-se que a Unidade realizou e liquidou despesas correspondentes a R\$1.915.134,18 (um milhão, novecentos e quinze mil, cento e trinta e quatro reais e dezoito centavos), sendo que o volume maior encontra-se concentrado na modalidade Pregão, que soma o valor de R\$1.828.309,82 (um milhão, oitocentos e vinte e oito mil, trezentos e nove reais e oitenta e dois centavos). Ressalta-se, porém, que desse valor total do Pregão, R\$1.009.765,00 (um milhão, nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais) refere-se à aquisição de veículos automotores pela Unidade, mas que teve o processo licitatório (Pregão Eletrônico 003/2010) realizado totalmente pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal em Brasília. O 4º DPRF/AP somente celebrou contrato com as Empresas Vencedoras do referido Pregão. Embora as despesas liquidadas relacionem-se com a Unidade em análise, o processo licitatório não foi efetuado por ela, mas tão somente por seu Órgão Superior, não sendo, portanto, objeto desta auditoria. Excluindo o pregão presencial citado no início desta análise e os valores comentados acima referentes ao processo licitatório realizado em Brasília,

o restante dos valores constante do quadro abaixo, no tocante a pregão, referem-se às despesas liquidadas em 2010, mas que tiveram seus processos de compras efetuados em exercícios anteriores, não sendo também objeto de análise por parte desta equipe de auditoria.

Tipo de Aquisição de bens/serviços	Valor no exercício	% Valor Sobre Total	Montante Analisado	% Recursos Analisados
Dispensa	R\$ 77.494,87	4,00%	R\$ 56.684,49	73,00%
Inexigibilidade	R\$ 9.329,49	0,50%	R\$ 9.329,49	100,00%
Convite	-----	-----	-----	-----
Tomada de Preços	-----	-----	-----	-----
Concorrência	-----	-----	-----	-----
Pregão	R\$ 1.828.309,82	95,50%	R\$ 31.000,00	1,00%
Total	R\$ 1.915.134,18	100,00%	R\$ 97.013,98	5,00%

Fonte: Siafi Gerencial Web

Com relação à oportunidade e conveniência dos motivos das licitações, bem como às modalidades licitatórias adotadas, todos os processos analisados foram considerados adequados. Quanto às dispensas e inexigibilidades de licitação analisadas, verificou-se que todas foram enquadradas corretamente nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação previstas na Lei nº 8.666/1993, conforme descrito no quadro abaixo.

Número da Licitação ou Processo	Contratada	Valor da Licitação Liquidado em 2010 (R\$)	Opor. e Conveniência do motivo da Licitação.	Modalidade da Licitação	Fundamento da Dispensa	Fundamento da Inexigibilidade
Pregão Presencial Nº 05/2010	S3 Arquitetura e Construção LTDA.	31.000,00	Adequada	Devida.	Não se aplica	Não se aplica
Dispensa 08673000683/2010-74	F. N Cavalcante Construções	16.439,50	Adequada.	Devida	Adequado	Não se aplica
Dispensa 08673000233/2010-81	Companhia Eletricidade do Amapá	25.280,00	Adequada	Devida	Adequado	Não se aplica
Dispensa 08673000392/2010-86	Fundo de Imprensa Nacional	14.964,00	Adequada	Devida	Adequado	Não se aplica
Inexigível	F B Gera	6.438,00	Adequada.	Devida	Não se aplica	Adequado
Inexigível	Seguro DPVAT	2.891,05	Adequada	Devida	Não se aplica	Adequado

Fonte: Siafi Gerencial Web

4.6 Avaliação da Gestão de Recursos Humanos

Em análise procedida sobre a gestão de recursos humanos no 4º DPRF/AP a equipe de auditoria verificou que a Unidade possui em seu quadro 50(cinquenta) servidores efetivos, sendo que desse total um encontrava-se cedido em dezembro 2010. O Distrito também possui em seu quadro 5(cinco) estagiários lotados em serviços que auxiliam a área meio da Unidade. Houve uma aposentadoria no exercício examinado, devidamente cadastrada no SISAC e 3 (três) servidores removidos para outras localidades. Da auditoria realizada, depreende-se que a Unidade carece de pessoal para a execução de suas atividades finalísticas, decorrente do reduzido número de policiais rodoviários federais. Dos 50 (cinquenta) servidores efetivos, 30 (trinta) são policiais rodoviários e os vinte restantes são servidores do Plano de Cargos e Carreiras do Poder Executivo Federal que executam suas funções somente na área administrativa da Unidade, não podendo exercer as funções inerentes ao cargo de policial rodoviário, tais como fiscalizações nas rodovias, autuações e aplicações de multas, o que compromete o atingimento de metas e objetivos da Unidade.

Categoria Funcional	Exercício 2010
Estatutários (inclusos os cedidos, com ônus)	50
Celetistas (inclusos os cedidos, com ônus)	0
Cargos em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)	0
Requisitados (com e sem ônus para a UJ)	0
Estagiários	5
Total	55

Quanto à observância da legislação sobre os diversos atos e fatos relacionados à gestão dos recursos humanos (indicadores da área de pessoal), a equipe de auditoria encontrou as seguintes situações:

- a) No decorrer do ano de 2010, verificou-se 01 servidor recebendo a vantagem pecuniária do art.192. O pagamento dessa vantagem ao servidor analisado encontra-se em conformidade

com a legislação específica.

b) Durante o exercício de 2010 foram concedidas cessões para 2 servidores (policiais rodoviários federais), sendo que um retornou ao 4º DPRF/AP em maio/2010, após permanecer cedido ao Governo do Estado do Amapá e o outro permanece cedido à Justiça Federal. No que tange à cessão do servidor ao Governo do Estado do Amapá o ressarcimento por parte do cessionário não foi efetuado até o final do exercício analisado.

c) A Unidade conta com dois (2) servidores percebendo o abono de permanência em seus contracheques. A equipe de auditoria analisou todos os processos de concessão, não encontrando impropriedades.

No que tange à evolução da Folha de Pagamento do 4º DPRF/AP, os acréscimos ocorridos acima de 10% nas rubricas afetadas foram esclarecidos por meio da Lei nº 11.095/2005 que concedeu reajuste salarial aos PRF's e também proporcionou a progressão funcional de todos os servidores. Também houve aumento no vencimento básico (rubrica GDATPRF) dos servidores que não são policiais rodoviários federais, ou seja, que não recebem por subsídio, também autorizados pela referida Lei, incluída pela Medida Provisória nº 431/2008.

Por fim, saliente-se que também não houve ocorrências de outras situações que pudessem ensejar maiores análises para o exercício sob exame.

4.7 Avaliação do Cumprimento pela UJ das Recomendações do TCU e do Controle Interno

Após consulta ao portal eletrônico do Tribunal de Contas da União, não foram encontrados documentos contendo determinações e recomendações exaradas pela Corte de Contas à Unidade examinada.

Na estrutura da Unidade examinada não há unidade de controle interno, portanto, não houve recomendações realizadas para o 4º DPRF/AP.

Não houve, no exercício ora analisado, recomendações efetuadas pela CGU para a Unidade examinada.

4.8 Avaliação da Gestão de Passivos sem Previsão Orçamentária

No exercício de 2010, não houve ocorrência de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos do 4º DPRF/AP, segundo informações extraídas do seu Relatório de Gestão 2010 e do sistema SIAFI Gerencial WEB.

4.9 Avaliação da Conformidade da Inscrição de Restos a Pagar

O 4º Distrito da Polícia Rodoviária Federal/AP, durante o exercício de 2010, inscreveu um total de R\$ 1.197.371,00 (um milhão, cento e noventa e sete mil, trezentos e setenta e um reais) em restos a pagar da Unidade. Todo esse montante foi inscrito em restos a pagar não processados, de acordo com informações retiradas do SIAFI.

Utilizando o critério da materialidade, a equipe de auditoria selecionou um montante de R\$ 791.765,00 (setecentos e noventa e um mil e setecentos e sessenta e cinco reais) - o que equivale a 66% da amostra - para verificar a regularidade de tais inscrições, especialmente se os empenhos dessas despesas não liquidadas (que não foram anuladas antes do processo de inscrição em restos a pagar) enquadram-se devidamente em algum dos incisos previstos no artigo 35 do Decreto Federal nº 93.872/1986.

Da análise procedida nos processos selecionados, constatou-se que as notas de empenho 2010NE900171 e 2010NE900123 foram inscritas em restos a pagar não processados e deveriam ter sido lançadas corretamente em restos a pagar processados, uma vez que o termo de recebimento definitivo dos respectivos objetos adquiridos encontra-se no processo com as devidas notas fiscais atestadas por servidor competente.

Para as notas de empenho restantes, quais sejam 2010NE900124, 2010NE900290, 2010NE900291 e 2010NE900298, a equipe de auditoria, após análise da documentação disponibilizada, concluiu que as inscrições enquadram-se no inciso II do artigo 35 do Decreto nº 93.872/86. Trata-se, pois, de empenhos cujos prazos para cumprimento da obrigação assumida pelo credor encontravam-se vencidos, no entanto, estava em curso a liquidação da despesa, e por isso apresentam-se adequadamente.

4.10 Avaliação dos Critérios - Chamamento Público

No exercício de 2010, o 4ºDPRF/AP não realizou Chamamento Público para a seleção de convenientes (na forma de entidades privadas sem fins lucrativos), pois não foram concedidas transferências voluntárias nesse período.

4.11 Avaliação de Contratos e Convênios - SIASG/SICONV

Em que pese o gestor ter apresentado em seu Relatório de Gestão 2010 declaração informando o cumprimento da Lei nº 12.309/2010, no que se refere ao registro e atualizações de informações de contratos, convênios ou outros instrumentos congêneres nos respectivos Sistemas, esta equipe de auditoria constatou a existência de dois contratos celebrados no exercício analisado sem os devidos registros no SIASG.

A Unidade celebrou 17 (dezessete) contratos em 2010, sendo que dois não foram registrados no devido Sistema, o que corresponde a um percentual de impropriedade de 12%.

Portanto, a Unidade demonstrou fragilidade nos controles internos no que tange a registro,

atualizações e acompanhamento de contratos.

O 4º DPRF/AP não celebrou nenhum convênio no exercício em exame.

4.12 Avaliação da Entrega e do Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

O 4º DPRF/AP, no ano de 2010, cumpriu com as obrigações estabelecidas na lei federal nº 8.730/1993, referente à apresentação da declaração de bens e rendas por parte dos servidores que exercem cargos ou funções de confiança.

Durante os trabalhos de campo a equipe de auditoria verificou que os agentes constantes do rol de responsáveis, conforme descrito no último Relatório de Gestão da Unidade, disponibilizaram ao Departamento de Recursos Humanos a autorização para acesso à Declaração de Ajuste Anual do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Cumprir notar que o Departamento de Recursos Humanos é o setor responsável dentro da Unidade pelos fluxos e rotinas de tratamento das referidas declarações.

4.13 Avaliação da Sustentabilidade Ambiental em Aquisições de Bens e Serviços

O 4º DPRF/AP no exercício de 2010 não realizou aquisições de bens. Os processos licitatórios foram realizados pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, em Brasília. Portanto, não foi possível a esta equipe de auditoria avaliar a aderência da Unidade à IN SLTI nº 01/2010.

A partir da leitura do Relatório de Gestão, a equipe de auditoria considerou baixa a aderência da Unidade em relação à adoção das disposições contidas no Decreto nº 5.940/06.

Para os critérios em que o gestor considerou que foram atendidas de forma parcialmente válida os quesitos de aquisições sustentáveis, a equipe de auditoria constatou não serem procedentes estas avaliações e relatou o fato neste Relatório de Auditoria.

As justificativas apresentadas pelo gestor para a baixa aplicação e utilização dos critérios de sustentabilidade ambiental referem-se à troca de gestores no exercício em exame e à carência de melhorias para a gestão ambiental na Unidade.

Não há segregação e destinação correta dos resíduos recicláveis no 4º DPRF/AP.

4.14 Avaliação da Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Da análise procedida sobre a gestão de bens imóveis do 4º DPRF/AP a equipe de auditoria verificou inconformidades nas informações inseridas no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet – referentes aos imóveis sob responsabilidade da Unidade.

O 4º DPRF/AP informou em seu Relatório de Gestão a quantidade de 3 (três) imóveis, enquanto o SPIUnet faz menção a apenas um. Essa divergência demonstra fragilidades nos controles internos da Unidade relativos à gestão do patrimônio e à atualização de informações no supracitado Sistema, tendo em vista que, durante os trabalhos de campo, foram confirmadas pendências de regularização nesses 2 (dois) imóveis não registrados, sem que a Unidade adotasse medidas para corrigi-las durante o exercício examinado. Também foi constatado que a data de avaliação do bem imóvel registrado no SPIUnet encontrava-se vencida e que o 4º DPRF/AP não realiza processo de inventário de bens imóveis.

Em relação à manutenção e estado de conservação dos imóveis, esta equipe de auditoria não encontrou nenhuma impropriedade ou irregularidade.

4.15 Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação

Em relação à Tecnologia da Informação - TI, o 4º DPRF/AP, por ser uma unidade desconcentrada do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, não é responsável pela gestão de TI. Dessa forma, as áreas de Planejamento Estratégico de TI, Política de Segurança da Informação, Recursos Humanos de TI, Desenvolvimento e Produção de Sistemas, bem como Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI são geridas de forma centralizada em Brasília, pelos seguintes setores:

- Divisão de Modernização e Tecnologias – DIMOT;

- Divisão de Administração de Sistemas – DIASI e Seção de Desenvolvimento de Sistemas – SESIS;
- Divisão de Telemática. Todas as divisões de departamento supracitadas estão vinculadas estruturalmente à Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização Rodoviária – CGPLAM - em conformidade com o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Capítulo II (Organização).

Assim, não cabe à CGU-Regional/AP efetuar a avaliação prevista no Item 19, Parte A, Anexo III, da DN/TCU nº 110/2010, já que tal avaliação será efetuada no âmbito do Departamento da Polícia Rodoviária Federal, o qual receberá auditoria de gestão, pois foi selecionado para apresentação de Processo de Contas, conforme disposições da DN/TCU nº 110/2010.

Embora o 4º DPRF/AP não possua em sua estrutura um Núcleo específico de informática, é importante ressaltar que a Unidade conta com dois servidores alocados no suporte à TI. Nos quadros a seguir encontram-se detalhadas as informações dessa força de trabalho.

SERVIDORES				
Matrícula SIAPE	Cargo	Lotação	Atividades	Formação
1301427	PRF	Núcleo de Policiamento e fiscalização	Manutenção do funcionamento dos sistemas, a fim de evitar a paralisação dos mesmos.	Superior Completo em Matemática; Cursos ministrados pelo DPRF na área de TI.
Não possui	Estagiário	Núcleo de Telecomunicação	Auxílio na manutenção de Sistemas e auxílio no gerenciamento de redes.	Cursando graduação em tecnologia em rede de computadores.

Fonte: Ofício nº 057/2011-GAB do 4º DPRF/AP

5. Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

III - CONCLUSÃO

Eventuais questões pontuais ou formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Macapá/AP, 11 de maio de 2011.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

CERTIFICADO DE AUDITORIA

CERTIFICADO N° : 201109037
UNIDADE AUDITADA : 200233 - 4.DISTRITO REGIONAL DO DPRF
EXERCÍCIO : 2010
PROCESSO N° : 08673.000174/2011-22
MUNICÍPIO - UF : Macapá - AP

Foram examinados os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, especialmente aqueles listados no art. 10 da IN TCU nº 63/2010, praticados no período de **01/01/2010 a 31/12/2010**.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle realizadas ao longo do exercício objeto de exame, sobre a gestão da unidade auditada.

3. Em função dos exames realizados sobre o escopo selecionado, consubstanciados no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201109037, proponho que o encaminhamento das contas dos responsáveis referidos no art. 10 da IN TCU nº 63 seja pela **regularidade**.

Macapá/AP, 28 de junho de 2011



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO Nº : 201109037
EXERCÍCIO : 2010
PROCESSO Nº : 08673.000174/2011-22
UNIDADE AUDITADA : 200233 - 4.DISTRITO REGIONAL DO DPRF
MUNICÍPIO - UF : Macapá - AP

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da CGU quanto ao processo de contas do exercício sob exame, da Unidade acima referida, expresse, a seguir, opinião conclusiva, de natureza gerencial, sobre os principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria, em decorrência dos trabalhos conduzidos por este órgão de controle interno sobre os atos de gestão do referido exercício.

2. Quanto aos resultados das políticas públicas executadas, em 2010, o 4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal – 4ºDRPRF/AP fiscalizou 13.240 veículos e 17.548 pessoas, com a prisão de 143 em flagrante, emitiu 2.810 autos de infração e realizou 6.037 testes de etilômetros, como resultado da atividade de policiamento no exercício de 2010.

3. As constatações originadas dos trabalhos de Auditoria de Gestão do exercício de 2010 referem-se a falhas formais, que não impactaram o atingimento da política pública a cargo da UJ, nas gestões dos recursos patrimoniais, dos recursos humanos e dos suprimentos de bens e serviços da Unidade.

4. As causas estruturantes relacionadas às constatações referem-se às fragilidades de controle interno da Unidade, tendo sido recomendadas as correções pontuais para cada situação constatada e a implementação de rotinas de controle interno mais eficientes.

5. Quanto à atuação da Controladoria Geral da União - CGU, foi verificado que não houve, no exercício de 2010, recomendações efetuadas para a Unidade examinada. Também inexistem recomendações pendentes de exercícios anteriores.

6. Quanto à qualidade e suficiência dos controles internos, diante dos exames de auditoria realizados, objetivando a análise dos atos e fatos de gestão ocorridos em 2010, verificou-se a necessidade de aperfeiçoamento das rotinas de controle consoante às áreas de contratação, controles patrimoniais e gestão de pessoas.

7. Acrescenta-se que não foram identificadas práticas administrativas que tenham resultado em impacto positivo sobre as operações da UJ.

Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN/TCU/N.º 63/2010 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, 5 de agosto de 2011